

OCUPAÇÃO LUSITANA NA AMÉRICA DO SUL: BRASIL COLÔNIA

LUSITANIAN OCCUPATION IN SOUTH AMERICA: COLONIAL BRAZIL

Taisir Mahmudo Karim¹

Jocineide Macedo Karim²

Resumo: Neste estudo, analisamos o movimento de ocupação urbana da Colônia Portuguesa na América do Sul, o Brasil. Em especial vamos analisar a urbanização da costa brasileira e do sertão central da América do Sul. Especificamente, abordamos os modos de ocupação a partir das práticas sociais dos que ali vivem, observando o funcionamento sócio-histórico determinante do acontecimento que funda/cria as vilas/cidades da Colônia dando ênfase à língua mais falada na região. O construto teórico que tomamos apresenta como fundamento a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (1995; 2002).

Palavras-chave: enunciação, língua brasileira, vila/cidade, história.

Summary: In this study, we analyze the movement of urban occupation of the Portuguese colony in South America, Brazil. In particular we will analyze the urbanization of the Brazilian coast and the hinterland of central South America. Specifically, we discuss modes of occupation from the social practices of the people living there, observing the socio-historical functioning of the determining event that founds/creates the colony's towns/villages giving emphasis to the language most widely spoken in the region. The theoretical construct that we take is based on the Semantics of the Event, developed by Guimarães (1995; 2002).

Keywords : enunciation, Brazilian language, village/town, history.

1 - Arraiais/Villas/Cidades – Espaços Sociais Urbanizados: do Litoral do Atlântico ao Desconhecido Sertão Central da América do Sul

[...] pensar uma história única tira a complexidade de nossa história, de nossas histórias. Em uma história, há muitas e, portanto, há sentidos que não confinam mas que partem em muitas e variadas direções. Não são diferentes versões de uma história: são os diferentes sentidos de muitas histórias

¹ Professor Doutor em Linguística do Departamento de Letras/Cáceres – UNEMAT.
(taisirkarim@hotmail.com)

² Professora Doutora em Linguística do Departamento de Letras/Cáceres – UNEMAT.
(jocineidekarim@yahoo.com.br)

possíveis. Relacionar-se pois com um acontecimento[...] é relacionar-se com muitas, múltiplas histórias

(ORLANDI, 2011, p. 103).

No Brasil, o processo de ocupação urbanizada tem início no século XVI, e, segundo o geógrafo Aroldo de Azevedo (1956), “Os mais remotos embriões de nossas cidades podem ser consideradas as modestas feitorias surgidas no litoral brasileiro, nos 30 primeiros anos do século XVI”. Esses núcleos de povoamento também são considerados pelo historiador Max Fleiuss (in AZEVEDO, 1956 p. 9) como “um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa.” Com o início da ocupação, a partir da instituição das Capitanias Hereditárias, surgem oficialmente as primeiras vilas em terras brasileiras.

A observação a se considerar nesse início é de que as áreas povoadas pelos sujeitos europeus, quase que na sua totalidade, se restringiram à proximidade do litoral da Colônia, e a exceção fica por conta da Vila de São Paulo de Piratininga, localizada mais ao ocidente, no planalto.

O jornalista Plínio Salgado (1946), em *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, afirma que as primeiras cidades da Colônia portuguesa na América nasceram no litoral. A primeira que se tem notícia foi a de São Vicente, instalada no litoral paulista em 1532. Ele corrobora com a posição de Azevedo em considerar as primeiras aglomerações urbanas como litorâneas e aponta para a mesma motivação embrionária de origem das primeiras cidades brasileiras, a de que, com a divisão da Colônia, em capitâneas, “os donatários efetivaram a posse erigindo fortalezas contra as aventuras dos piratas e paliçadas a defenderem o núcleo Europeu das

arremetidas selvagens” (Idem, p. 29). Essa posse era precedida de documentos emitidos pela Coroa portuguesa que assegurava aos donatários o direito de fundar vilas quanto fossem necessárias, desde que atendessem e respeitassem as determinações do governo português.

Mas as coincidências entre Salgado e Azevedo param por aí. Salgado (1946) considera dois fatores como determinantes para a fixação dos portugueses no litoral, primeiro *a preocupação militar*, defesa da riqueza da Colônia recém-descoberta; segundo, *o espírito religioso*. Para ele, os primeiros portugueses que aqui chegaram se depararam com um lugar de belezas diversas, um pedaço do paraíso no qual se encontrou o lugar do novo, distinto daquilo até então conhecido no Velho Mundo, como os aspectos relacionados à geologia, à flora e à fauna que, em quantidade e diversidade, constituem paisagens de estilo e tintas contrastantes, mas, sobretudo, em relação ao aspecto sociológico/explorativo, o de maior interesse, pelo grande número de nações indígenas/selvagens que povoavam o litoral brasileiro; esses ‘selvagens’, tomados como riqueza maior do Novo Mundo, eram almas que deveriam ser colhidas para Deus, ou melhor, era necessário forjar a ferro e fogo uma nova ordem para os ‘selvagens’ do Novo Mundo à luz do Velho Mundo.

A religião dos colonizadores, segundo Salgado (Idem), influencia diretamente no modo de se relacionar com os nativos do Novo Mundo. Uma das preocupações da Coroa portuguesa, desde a descoberta da nova Terra, era com os nativos ali encontrados, e de impor suas práticas sociais, principalmente a religiosa a esses nativos ainda ‘selvagens’, “o melhor fruto que nela se pode fazer, todavia, me parece que será salvar esta gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar”, escreve Pero Vaz de Caminha em 1500, ao Rei de Portugal, a respeito dos nativos

aqui encontrados. O trabalho de evangelização se inicia logo com os primeiros contatos entre os portugueses e nativos da recém-descoberta Colônia, e tem continuidade, segundo Salgado (1945, p. 34), “na continuidade da obra imperial dos monarcas lusitanos, D. João III vai impulsionar a maravilhosa lavoura das almas. Os padres da Companhia são os poderosos instrumentos de Cristo”, capazes de domesticar e salvar as almas selvagens para Deus. Uma visão, a nosso ver, um tanto reducionista, em se tratando da relação colonizadores/colonizados, ocupação/exploração do e no Brasil.

Já para o geógrafo Azevedo (1956), o motivo dessa escolha litorânea se deve, à maior facilidade em manter contato com as naus procedentes do velho continente, pois os primeiros colonizadores dependiam desses raros e sempre desejados contatos: de Portugal vinham os tecidos, os mantimentos, as armas e munições, os instrumentos para a lavoura, as sementes, o gado, e principalmente as notícias.

Azevedo (1956, p. 15), diz, ainda, que:

Fixar-se junto às águas do Atlântico, dessas mesmas águas que também banham as costas lusitanas, constituía, até certo ponto, um gesto de sobrevivência e manifestação de uma esperança; afastar-se desse litoral e embrenhar-se pelo sertão desconhecido, planalto a dentro, era sujeitar-se a perigos de toda ordem e a contratempos inimagináveis, era expor-se ao ataque da índia hostil e abdicar ao mínimo de conforto que a civilização podia oferecer. Em última análise, tratava-se de escolher entre a Vida e a Morte.

Considerando a complexidade da descoberta do Novo Mundo na relação de forças entre as potências da Europa, principalmente Portugal e Espanha, o olhar do geógrafo nos parece dividido entre o conhecido e o desconhecido, diríamos, demasiadamente abstrato e superficial.

Dando sequência a esse percurso, temos o olhar do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1936), em *Raízes do Brasil*, no capítulo intitulado “O semeador e o ladrilhador”, para quem “a colonização portuguesa na América foi antes de tudo litorânea e tropical” (1983, p.65). Mas, diferente do que afirma Azevedo e Salgado, para Holanda (Idem, p.64), essa opção litorânea era defendida como uma política lusitana que por ter como predominância “o caráter de exploração comercial, repetiram o modelo da colonização da Antiguidade principalmente a da fenícia e da grega”.

Essa política era determinada pela Coroa Portuguesa, em que o caráter proibitivo da entrada dos colonizadores continente adentro era definido por documentos régios. Segundo Holanda (1936, p. 10),

Os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, estipula-se, expressamente, que pela terra firme adentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real, [...] Outra medida que parece destinada a conter a povoação no litoral é a que estipulam as cartas de doação das capitâneas, segundo as quais poderão os donatários edificar junto do mar e dos rios navegáveis quantas vilas quiserem, “por que por dentro da terra firme pelo sertão as não poderam fazer menos espaço de seis leguas de hua a outra para que se possam ficar ao menos três leguas de terra de termo a cada huada ditas villas e ao tempo que se fizerem as tais villas ou cada hua dellas lhe lymetaram e asynaram logo termo para ellas e depois não poderam da terra que esy tiverem dado por termo fazer mais outra Villa”, sem licença prévia de Sua Magestade.

A língua indígena usada na costa brasileira, o tupi, segundo o historiador, foi outro aspecto motivador que influenciou fortemente a permanência dos portugueses no litoral do Brasil. A questão da língua merece uma atenção especial que se justifica pela sua peculiaridade. Devido

à necessidade cada vez maior da relação dos portugueses com os nativos da Colônia, os colonizadores portugueses optaram por permanecer com os nativos que viviam na costa brasileira e que falavam línguas que se constituíam de um tronco comum, o Tupi/Tupinambá (mais tarde essa língua é tomada como base para a formação da Língua Geral do Brasil colônia, usada desde o início do século VXII até final do século XVIII). Esse aspecto linguístico também contribuiu para que os colonizadores priorizassem a ocupação do litoral do Brasil e, assim, fundassem as primeiras povoações urbanas, “de um modo geral, a colonização lusitana estava limitada ao espaço compreendido entre Cananéia, na Capitania de São Vicente, e Salvador, na Bahia.” (MICHALANY, 1979, p. 50).

Tratando da questão do litoral brasileiro, Holanda diz (1936, p. 72):

O fato de se achar a costa habitada de uma única família de indígenas, que de norte a sul falava um mesmo idioma. É esse idioma, prontamente aprendido, domesticado e adaptado em alguns lugares pelos jesuítas às leis da sintaxe clássica, que há de servir para o intercurso com os demais povos do país, mesmo os de casta diversa. [...] A opinião de que a conquista da orla litorânea pelas tribos tupis se verificou pouco tempo antes da chegada dos portugueses parece ainda confirmada pela perfeita identidade na cultura de todos os habitantes da costa, pois estes, conforme disse Gandavo, “ainda que estejam divisos e haja entre eles diversos nomes de nações, todavia na semelhança, condições, costumes e ritos gentílicos todos sam huns”.

Para compreender essa relação evocada por Holanda entre, de um lado, a ocupação da costa litorânea e, de outro, a não ocupação do sertão, levando-se em consideração a importância significativa do aspecto linguístico, isto é, o da relação da língua dos colonizadores, a portuguesa, com outras línguas na colônia, principalmente as dos nativos, em especial o tupi, recorro ao semanticista Guimarães (2008), que, em

Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil, desenvolve uma reflexão sobre a *formação do espaço de enunciação brasileiro*, o autor estabelece quatro períodos³. O primeiro e o segundo coincidem, de modo bastante pontual, com a época do surgimento dos primeiros povoados urbanos da Colônia. Isto é, inicia-se logo após o descobrimento do Brasil e vai até a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. Digo de modo pontual por estes remeterem-nos ao percurso histórico sobre o qual estamos discorrendo, interessa-nos, a princípio, o período que se inicia no século XVI e o que vai até a primeira metade do século XVIII. Segundo Guimarães (Idem, p.8), o primeiro período se caracteriza pelo fato de “a língua portuguesa conviver com as línguas indígenas, as línguas gerais (língua tupi falada pela maioria da população) e o holandês, e o português ser a língua oficial.” A partir de 1654, no segundo período, a relação “de línguas passa a ser entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais [...]” Em 1754 é estabelecido o Diretório⁴ dos Índios e, em seguida, “o português, que já era língua oficial do estado, passa a ser a língua mais falada no Brasil” (Idem, p.8).

³ Conforme Guimarães 2008, a formação do espaço de enunciação no Brasil se divide em quatro períodos: o primeiro período se inicia com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses em 1654; o segundo tem seu início com a saída dos holandeses e vai até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808; o terceiro que começa com a vinda da Família Real em 1808 e termina com a Independência. Em 1826 formula-se a questão da Língua Nacional do Brasil no parlamento brasileiro e o quarto começa em 1826, estendendo-se até a atualidade.

⁴ O Diretório do Índio idealizado pelo Marquês de Pombal, ministro do Rei de Portugal Dom José I, tinha como objetivo promover uma reforma educacional na colônia portuguesa da América. Para tanto expulsou os religiosos responsáveis pelo ensino no Brasil e mandou fechar seus colégios. Instituiu a obrigatoriedade do uso do português como única língua na colônia, proibindo dessa forma qualquer outra língua na colônia portuguesa.

O que se tem aqui, de certo modo, se relaciona com a posição tomada e defendida por Holanda (1936), para quem o sujeito-colonizador se constituiu enunciativamente na Colônia na relação com os sujeitos-nativos, é nesse espaço de enunciação constitutivo do funcionamento da relação de línguas, de um lado o Português Europeu, de outro, as línguas indígenas e de sujeitos colonizadores/colonizados que se constitui os sentidos que passam a significar a Colônia Lusitana na América. Poderia se dizer, então, que são essas condições sócio-históricas que se constrói o sentido de uma divisão imaginária, uma do lugar que pode e deve ser ocupado e urbanizado pelo colonizador – o litoral da Colônia – a outra, do lugar que não pode, portanto, não deve ser urbanizado pelo colonizador – o sertão da colônia – o que não significa dizer que o *Sertão* não deveria ser ocupado/experimentado/explorado/domesticado pelos colonizadores. De fato, se se observar o início da urbanização da Colônia nos séculos XVI e XVII, as vilas/cidades são fundadas nesse momento na costa litorânea. Observa-se que a língua mais falada nesse período na Colônia (o Tupi/Língua Geral), sem dúvida, estabelece no espaço de enunciação (espaço constitutivo de línguas e falantes/figuras da enunciação) um movimento semântico que funciona a partir da relação línguas/sujeitos colonizador/colonizado que produz o efeito do sentido que significa o limite da geografia (o espaço territorial) a ser ocupada/urbanizada na Colônia, a costa litorânea brasileira, o que não significa dizer que os colonizadores não adentravam o sertão brasileiro, pois, o sertão desconhecido fazia parte do desejo desses como a região a ser ainda desvendada, o espaço obscuro/lúgubre, que ainda não se significava. É importante ressaltarmos a ocupação dos espaços territoriais que tencionam a geografia da Colônia, de um lado a costa litorânea, e, de

outro o sertão (continente adentro) enquanto ocupação de espaço sócio-urbano, segundo preceitos dos colonizadores. Aqui não se trata de levar em consideração os acordos (Tratados) estabelecidos entre portugueses e espanhóis em relação à delimitação de seus territórios, essa é outra questão que não nos diz respeito agora.

Se levarmos em consideração o funcionamento desse espaço de enunciação como constitutivo do início da consolidação da urbanização da colônia portuguesa na América, poderíamos dizer que os núcleos urbanos dos séculos XVI e XVII, no Brasil, que compreendiam aproximadamente 50 vilas/cidades povoadas por sujeitos europeus portugueses e descendentes, resultam da relação de convivência entre línguas do sujeito colonizador (português/Língua Portuguesa) e do sujeito colonizado (índios/línguas Tupi/Guarani) como um dos fatores decisivo no processo de ocupação e construção de núcleos urbanizados no litoral brasileiro.

Esses são diferentes sentidos, dentre tantos outros, que se colocam a partir de diferentes olhares para se observar o início do processo de ocupação urbanizada que atenda ao ideário europeu, resguardando as peculiaridades de Colônia, no Brasil do século XVI e do XVII. Como se pode observar, não há um único olhar para se contar as histórias do Brasil, não se trata de considerar uma história como verdade ou arranjo, mas sim de significá-las a cada olhar, a partir de (re)interpretações de sua própria história, constituídas pelo movimento dos relevos semânticos que constrói os sentidos das Histórias do Brasil.

2 - No Sertão Central: As Douradas Minas do Cuyabá

[...] mandou no seguinte dia dous índios ao mel com os preparatorios necessarios, que eram machados e cabaças; passando o dia chegaram ao rancho alta noite sem mel algum os dous enviados, contra os quaes enfurecido o amo os reprehendeu asperamente por haverem gasto o dia todo sem montaria, a cujas vozes respondeu o mais ladino – Vós viestes a buscar ouro ou a buscar mel, e perguntando-lhe o amo si tinha achado ouro, mettu o índio a mão ao seio de um jaleco de beata que tinha vestido, cingindo com um cinto por cima, e tirou um embrulho de folhas do matto e o mettu nas mãos do amo; abrindo este as folhas achou 23 granetes de ouro, que todos pesaram 120 oitavas, dizendo o índio que achara muito daquillo (Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830, 2007, p. 49).

Entre as décadas de 70 e 80 do século XVII, as bandeiras de Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, este conhecido como Anhanguera, percorrendo os rincões dos sertões brasileiros encontraram *várias cunhas (índias)* daquela região *com folhetas (lascas de ouro) pelo pescoço e braços*⁵ tomados como acessórios ornamentais. Hoje, aquele sertão é conhecido como a região do Araguaia, no Estado de Mato Grosso. Segundo a historiadora, Thereza Martha Borges Presotti (2008), em, *Os sertões Interiores: primeiras imagens*,

O local da lendária serra dos Martírios parece ter sido encontrado por volta do ano de 1673 em uma expedição de conquista dos gentios serranos. Comandava essa bandeira, com 60 homens armados, o sertanista Manoel de Campos Bicudo. Tinha em sua companhia o seu filho Antônio Pires de Campos, o mesmo que fez um apresamento de índios coxiponé após subir o rio Cuiabá em 1718 (Idem, p. 62).

No retorno desses bandeirantes a São Paulo, a notícia do que tinham vivenciado no longínquo sertão se espalhou rapidamente, e, com

⁵ Conforme Antonio Pires de Campos Bueno, filho de Manoel de Campos Bicudo em Roteiro que deu o capitão Mor Antonio Pires de Campos ao capitão Mor Luiz Rodrigues Vilares, procurador do povo de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, para o descobrimento de grandes haveres para as aldeias dos gentios Araés (In. Roteiros Vários às Minas dos Martírios. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, número 40, 2002).

essas histórias, nasce uma grande expectativa de descoberta desse tesouro embrenhado no sertão; e com o efeito imaginário da existência de um grande tesouro guardado em algum lugar místico daquele sertão, a lenda das Minas dos Martírios passa a significar entre os destemidos desbravadores bandeirantes, o lugar a ser encontrado. Esse acontecimento foi decisivo para a entrada de novas bandeiras no sertão mato grossense e, conseqüentemente, como o princípio da construção que constitui a identidade sócio-histórica deste Estado.

Dessa maneira, esses acontecimentos no século XVII, fazem com que o *sertão*⁶ brasileiro signifique com mais intensidade. Partindo da cidade de São Paulo, no planalto de Piratininga, o avanço rumo a esse sertão é intensificado pelos desbravadores bandeirantes, mas, inicialmente, com uma característica muito mais de exploração extrativista e da cata de índios do que de ocupação urbanizada do território. Esse movimento, com maior fervor, tem origem no planalto de Piratininga, com a organização das bandeiras, localidade onde

nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra voz articulada. A expansão dos *pioneers* paulistas não tinham suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. Mas ainda esses audaciosos

⁶ Consideramos aqui o sentido da palavra *sertão* conforme Janaina Amado (p. 149, 1995), em: *Regiões, Sertões, Nações – Uma categoria construída durante a colonização*. “Se para o habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começaria logo além dos limites das cidades (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro, desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para os bandeirantes do século XVII ou XVIII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos mas, douradas fontes de mortandades e riquezas, *locus* do desejo.”

caçadores de índios , farejadores e exploradores de riqueza, foram antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o forçavam é que acabavam mal, tornavam eles geralmente à sua vila e aos seus sítios da roça. E assim, antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente (HOLANDA, 1936, p. 68).

Já a partir do começo século XVIII, com as constantes descobertas de ouro no sertão, a conquista territorial continua, mas, diferentemente do século passado, assiste-se ao início da ocupação urbanizada do sertão brasileiro, e essa mudança é motivada por um clima cheio de esperança, de riqueza fácil contada pelas lendas do El-Dourado, das Minas dos Martírios entre outras. O sertão passa a ser o local do ouro e das pedras preciosas em excesso, o lugar da riqueza fácil. É nesse movimento de avançar, desvendar o novo e retornar cantando vitórias dos novos achados, que se tem um movimento maior de entradas de bandeirantes se afastando dos núcleos urbanos que se concentravam, na grande maioria, ao longo da faixa litorânea da Colônia. Essas entradas são marcas fundamentais e decisivas para a ocupação da região do sertão central da América, hoje o território Centro Oeste brasileiro.

A partir de então, os desbravadores bandeirantes avançam cada vez mais em direção ao interior, o sertão da Colônia, a conquista do planalto brasileiro e da planície Amazônica foi abrindo espaço para a expansão povoadora rumo ao oeste, planalto central da América, cuja ação tem, como consequência, o início da urbanização dessa longínqua e vasta região. Como diz Azevedo (1956, p.28),

Se o século XVII, o das Bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das Bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhara

corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras.

É nesse movimento que o sertão brasileiro significa, além dos muitos perigos do lugar desconhecido, uma nova ordem economia e consequentemente uma nova reorganização social na Colônia, não só para os desbravadores bandeirantes, que de desbravadores se tornam mineiros, mas principalmente o sentido da Colônia para a Coroa portuguesa. A região desse sertão se constitui nesse movimento de sentidos como Cuyabá/Mato Grosso, com os quais ela passa a ser oficializada como território da Colônia Portuguesa na América. Os desbravadores bandeirantes, ao adentrarem a região do Cuyabá/ Mato Grosso, tinham como finalidade primeira a captura/cata de índios, ação que passa a ser secundária na medida em que descobrem grandes quantidades de ouro na região, cuja descoberta provoca uma mudança substancial na atividade econômica dos desbravadores bandeirantes, essa mudança implica no deslocamento de comportamento na prática socioeconômica dos bandeirantes, quanto à fixação desses desbravadores no sertão do Cuyabá/Mato Grosso.

O historiador João Capristano de Abreu (1907), em *Capítulos de História Colonial -1500-1800*, narra, de modo muito peculiar, essa passagem na região mato-grossense da história brasileira:

sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro em 1719, em tamanha abundância que extraia-se com as mãos e paus pontudos; tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer (ABREU, 1907, p. 141).

Esse passagem provoca um deslocamento que constrói novos sentidos, produzindo a ruptura no efeito estabilizado de significação da atividade econômica do sujeito explorador bandeirante, outros sentidos passam a significar. O sujeito-bandeirante, o nômade aventureiro/desbravador dos sertões, passa a ocupar o lugar do sujeito-minerador, o aventureiro que estabelece as condições que urbaniza os sertões, o sujeito-minerador torna-se o responsável pelo desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos em terras mato-grossenses.

É nesse movimento marcado pela descoberta das *Minas do Cuiabá*, que se instala o início do ciclo do ouro em *Mato Grosso*, e se tem o documento que oficializa a existência do primeiro povoado urbano no sertão central da América do Sul, conforme a historiadora Elizabeth Madureira Siqueira (1990), em *O Processo Histórico de Mato Grosso*:

Foi com a junção dessas duas bandeiras que o grupo pioneiro se revigorou, vindo a formar o primeiro grupo de povoamento [...] Esse aglomerado humano exigiu uma organização social, em bases diversas da fase anterior do bandeirismo nômade de preação de índios.[...] Para que fosse garantido o direito de posse da área e instituída uma forma rudimentar de organização, foi lavrada uma ata de fundação: “Aos oito dias de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste arraial de Cuiabá[...].” (Idem, p. 8).

É importante destacar ainda, que com o acontecimento de nomeação das vilas dessa região, tem-se o início da ocupação urbanizada da região nas primeiras décadas do século XVIII, em 1719, conforme a ata de fundação do *Arraial de Cuiabá*, ainda no período do Brasil/Colônia a fundação da primeira vila. A partir daí, prossegue o processo de criação/fundação de novas vilas/cidades, na Capitania/Província/Estado de Mato Grosso, determinado pelas condições socio-histórica de suas

existências, que, a partir do acontecimento que as nomeiam passa a determinar a identidade dos que ali vivem, os mato-grossenses.

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Morosco & C. Rio de Janeiro, 1907.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos: História e Região**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. USP. São Paulo, 1956.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 205, Rio de Janeiro, 1949.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato Grosso. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo XXIX. Livreiro Editor. Rio de Janeiro, 1866.

GUIMARÃES, Eduardo. **Textos e argumentação**. Um estudo de conjunções do Português. Pontes. Campinas, 1987.

_____. **Os Limites dos sentidos**. Pontes. Campinas, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Pontes. Campinas, 2002.

_____. Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil. In: de OLIVEIRA, Sheila Elias e Josalba Fabiana dos Santos (Orgs). **Mosaico de Linguagem**. Pontes. Campinas, 2006.

_____. **Trocando em miúdo a teoria e a prática** - Os falantes e as línguas: multilinguismo e ensino. Cefiel/IEL/UNICAMP, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 16 edição. Livraria José Olympio editora S.A., Rio de Janeiro, 1983.

KARIM, Taisir Mahmudo. Em se falando de igrejas. In: DA SILVA, Denise E. Garcia (org.) **Papéis Revista de Letras**, vol. 07. A Universidade, 1997.

_____. Dois nomes dois destinos. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Pontes, Campinas-SP, 2003.

MACHADO, Carolina de Paula. **Política e Sentidos da Palavra Preconceito: Uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX**. Tese de doutorado. UNICAMP/IEL – Campinas, 2011.

MICHALANY, Douglas. **História do Brasil**. Edições Michalany. São Paulo, 1979.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Fundação de um Estado: Cidade de São Salvador, Brasil. In: Guimarães e Zoppi-Fontana (orgs.). **Cadernos de Estudos Lnguísticos 53(2)**. Campinas, SP.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na Conquista Colonial do Centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)**. Tese de Doutorado. UNB, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Brasiliense. São Paulo, 2004.

SALGADO, Plínio. **Como Nasceram as Cidades no Brasil**. Ática, Lisboa, 1946.



SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O Processo Histórico de Mato Grosso**/Elizabeth M. Siqueira, Lourença Alves da Costa, Cathia Maria Coelho Carvalho. UFMT, Cuiabá, 1990.

_____. **História de Mato Grosso** – Da ancestralidade aos dias atuais. Entrelinhas. Cuiabá, 2002.

SUZUKI, Yumiko Takamoto. **Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830**. Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.